

Política externa e ideologia política: um fator (não) explicativo para o modelo de regionalismo chileno*

Política exterior e ideología política: un factor (no) explicativo del modelo de regionalismo chileno

Foreign policy and political ideology: a (non) explanatory factor for the Chilean regionalism model

Wanderley dos Reis Nascimento Júnior**

RESUMO

Qual é a influência da ideologia política (esquerda e direita) dos chefes do Poder Executivo sobre a agenda de política externa para o regionalismo no Chile? As alternâncias de governos de coalizão com ideologias políticas distintas no Chile com a chegada em 2006 ao governo central da coalizão de centro-esquerda, liderada por Michelle Bachelet (Partido Socialista), seguida pela ascensão, em 2010, de uma coalizão de centro-direita, liderada por Sebastián Piñera (Renovação Nacional), e o retorno do socialista em 2014, nos oferece um caso único para avançar com estudos empíricos que buscam entender como as ideias importam. O objetivo deste trabalho é contribuir para um entendimento que apreenda a influência de diferentes ideologias políticas na construção da agenda de política

* Parte das discussões deste trabalho compõe a tese de doutorado do autor intitulada: Política Externa e Regionalismo: Brasil e Chile em perspectiva comparada.

** Professor no curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Doutorando em Relações Internacionais pelo IRI/PUC Rio. wjuniores@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5455-5330>. Recibido: 27 de octubre de 2020. Aceptado: 12 de noviembre de 2021.

externa para o regionalismo. Se, por um lado, esse assunto já foi extensivamente trabalhado em estudos sobre o processo de integração regional europeia, por outro lado, faltam estudos sobre a realidade latino-americana que entenda a influência das questões ideológicas nos chefes do poder Executivo. Lançamos mão do método *Comparative Manifesto Project* (CMP) adaptando-o para a compreensão das mensagens presidenciais ao Congresso Nacional do Chile. Defendemos que os posicionamentos ideológicos em relação ao regionalismo não estão claramente definidos, assim a ideologia política não é, para os casos analisados, o fator explicativo central para o modelo de regionalismo chileno.

Palavras-chave: Ideologia Política – Regionalismo – Política Externa Chilena – Esquerda – Direita.

RESUMEN

¿Cuál es la influencia de la ideología política (izquierda y derecha) de los jefes del Poder Ejecutivo en la agenda de política exterior para el regionalismo en Chile? La alternancia de gobiernos de coalición con distintas ideologías políticas en Chile con la llegada al gobierno, en 2006, de la coalición de centro-izquierda, liderada por Michelle Bachelet (Partido Socialista), seguido del ascenso, en 2010, de una coalición de centro-derecha, liderada por Sebastián Piñera (Renovación Nacional), y el regreso de la socialista en 2014, nos ofrece un caso único para avanzar con estudios empíricos que buscan entender cómo las ideas importan. El objetivo de este trabajo es contribuir a un entendimiento que aprehenda la influencia de diferentes ideologías en la construcción de la agenda de política exterior para el regionalismo. Si, por un lado, este tema ya ha sido ampliamente trabajado en estudios sobre el proceso de integración regional europea, por otro, se carece de estudios sobre la realidad latinoamericana que comprendan la influencia de las cuestiones ideológicas en los jefes del Poder Ejecutivo. Utilizamos el método *Comparative Manifesto Project* (CMP), adaptándolo para comprender los mensajes presidenciales al Congreso Nacional de Chile. Sostenemos que las posiciones ideológicas en relación al regionalismo no están claramente definidas, por lo tanto la ideología política no es, para los casos analizados, el factor explicativo central del modelo de regionalismo chileno.

Palabras Clave: Ideología Política – Regionalismo – Política Exterior Chilena – Izquierda – Derecha.

ABSTRACT

What is the influence of the political ideology (left and right) of the heads of the Executive Power on the foreign policy agenda for regionalism in Chile? The alternation of coalition governments with distinct political ideologies in Chile with the arrival in 2006 of the government of the center-left coalition, led by Michelle Bachelet (Socialist Party), followed by the rise, in 2010, of a center-right coalition, led by Sebastián Piñera (National Renewal), and the return of the socialist in 2014, offers us a unique case to move forward with empirical studies that seek to understand how ideas matter. The objective of this work is to contribute to an understanding that apprehends the influence of different political ideologies in the construction of the foreign policy agenda for regionalism. If, on the one hand, this subject has already been extensively worked on in studies on the process of European regional integration, on the other hand, there is a lack of studies on the Latin American reality that understands the influence of ideological issues on the heads of the executive branch. We used the Comparative Manifesto Project (CMP) method, adapting it to understand the presidential messages to the National Congress of Chile. We argue that ideological positions about regionalism are not clearly defined, so political ideology is not, for the analyzed cases, the central explanatory factor for the Chilean regionalism model.

Keywords: Political ideology – Regionalism – Chilean foreign policy – Left – Right.

INTRODUÇÃO

As ideias são o motor do mundo. Relegar o impacto do que está plasmado nas mentes dos tomadores de decisão em suas ações políticas é, no mínimo, ingenuidade. Há correlações evidentes entre os ambientes cognitivos e operacionais de um agente. Se as premissas expostas não são assertivas, quais elementos, além das ideias, explicaria ações de política externa divergentes empreendidas por diferentes agentes em ambientes institucionais semelhantes?

É na seara dessas afirmações e deste questionamento que o presente artigo se insere. Partimos, portanto, do consenso, apresentado pela chamada “virada ideacional”, de que as ideias importam. A partir daí, de maneira geral, nos interessa entender como elas influem sobre a constituição da agenda de política externa.

Posto isso, as alternâncias de governos de coalizões com ideologias políticas distintas, no Chile, com a chegada, em 2006, ao governo central da coalização de centro-esquerda, liderada por Michelle Bachelet (Partido Socialista), seguida pela ascensão, em 2010, de uma coalizão de centro-direita, encabeçada por Sebastián Piñera (Renovação Nacional), e o retorno da socialista, em 2014, nos oferece um caso singular para avançar com os estudos empíricos que buscam entender de que forma as ideias importam. Esse cenário nos

permitirá analisar os impactos das ideologias políticas dos mandatários em ações de política externa sob um mesmo sistema político.

Ao tomarmos como ponto de partida os estudos que buscaram entender a interseção entre ideias e resultados políticos (Kindleberger, 1975; Hall, 1986; Goldstein, 1988; Walker, 1990; Sikkink, 1991), percebemos que as pesquisas têm demonstrado que agentes com ideologias políticas díspares, em contextos institucionais semelhantes, agem de maneiras distintas.

Destarte, o caso chileno nos permite inovar ao tentar contribuir com um entendimento que compreenda a influência de diferentes ideologias políticas sobre a agenda de política externa. Nesse horizonte, a seguinte questão se impõe: qual a influência da ideologia política (esquerda e direita) dos chefes do poder Executivo chileno sobre a agenda de política externa para o regionalismo?

A partir da indagação exposta depreendemos que uma das variáveis a ser analisada não é qualquer tipo de ideias. Considerando que o conceito de ideologia é polissêmico, de modo exploratório, entenderemos que ideologia não é um ideário qualquer ou um reles encadeado de ideias (Chauí, 2008), evidenciamos, assim, que o entendimento dessa variável não é simples.

Tomamos como conceituação mínima inicial a noção de que ideologia é:

[...] a set of lenses through which information concerning the physical and social environment is received. It orients the individual to his environment, defining it for him and identifying for him its salient characteristics [...] In addition to organizing perceptions into a meaningful guide for behavior, the belief system has the function of the establishment of goals and the ordering of preferences (Holsti, 1962, p. 245).

Dessa forma, a ideologia é uma forma específica partilhada de interpretar o mundo que pode dar uma explicação mais abrangente para a compreensão das políticas externas de diferentes Estados. Assim sendo, para os fins deste trabalho, nos interessa a ideologia de caráter político, uma vez que o conceito engloba dimensões éticas, morais, estéticas, religiosas, etc.

Pesquisas (Onuki & Oliveira, 2006 e 2010; Ribeiro, Pereira Neto & Oliveira, 2007; Milner & Judkins, 2004; Marks, Wilson & Ray, 2002; Marks et. al., 2006; Whitefield & Rohrschneider, 2015) que buscaram entender a influência da ideologia sobre a agenda de política externa para integração regional tiveram como sujeito de análise os legisladores, como variável o voto

desses agentes e circunscreveram o conhecido *continuum* ideológico esquerda/direita. Considerando que a maioria dos países latino-americanos tem sido caracterizada pelo chamado “hiperpresidencialismo” (Malamud, 2003), conseqüentemente, as ideias defendidas pelos mandatários são essenciais para a compreensão das ações políticas.

Apesar de existir na literatura pesquisa que estabeleceram, de maneira geral, relações entre ideologia política e política externa dos presidentes latino-americanos (Merke, Reynoso & Schenoni 2020; Merke & Reynoso, 2016; Rodrigues, Urdinez y Oliveira; Cason & Power, 2009; Amorim Neto & Malamud, 2015), a relação entre a ideologia política dos mandatários e a agenda de política externa para o regionalismo, de maneira específica, ainda não foi explorada.

Portanto, explorar, como sujeito de análise, os chefes do poder Executivo, na agenda de regionalismo, ampliaria a visão geral sobre o tema e sanaria essa lacuna na literatura especializada latino-americana, uma vez que com a proeminência dos mandatários, no regime presidencialista, o impacto das ideias defendidas por eles são maiores considerando seu poder de persuasão (Neustadt apud Edwards III, 2000).

Exposto o objeto de análise, cabe explicitar que o recorte temporal compreende o período de 2006 a 2014. Delimitamos, também, precisamente, a agenda de política externa

para o regionalismo, por entendermos que essa temática fora vastamente trabalhada em estudos sobre o apoio à União Europeia (UE) (Ray, 1999; Katz & Wessels, 1999; Marks, Wilson & Ray, 2002; Marks et. al., 2006; Whitefield & Rohrschneider, 2015), no entanto, os trabalhos sobre a realidade latino-americana são escassos (Onuki & Oliveira, 2006 e 2010; Santos, 2006; Ribeiro, Pereira Neto & Oliveira, 2007).

A premência deste estudo se insere no atual contexto político sul-americano de necessidade de entendimento dos governos iniciados na segunda década do século XXI que estão alinhados ao discurso neoliberal e que, portanto, demanda análises que expanda o objeto para além do que a literatura especializada convencionou chamar de “Maré Rosa” (Panzizza, 2006; Pereira da Silva, 2011; Nascimento Júnior, 2017), entendida como fenômeno de ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, a fim de explicitar a compreensão desses giros políticos.

De acordo com Sader (2009, p. 64) a “Maré Rosa” avançou, principalmente, nas agendas de “política social e integração regional” (Sader, 2009, p. 64). Dessa forma, no âmbito da execução de política externa, uma das prioridades ocorreu, portanto, na atenção dada à região. A escolha do regionalismo como temática justifica-se, assim, como primordial para a compreensão das semelhanças e divergências entre essas administrações.

A defesa de que o entendimento da política externa para o regionalismo, a partir do estudo de caso chileno, será enriquecedor para evidenciar as nuances do que a literatura pertinente tem chamado de regionalismo chamada de pós-liberal (Sanahuja, 2009; Veiga & Rios, 2007) ou pós-neoliberal (Serbin, 2010), pós-hegemônico (Riggiozzi; Tussie, 2012), multifacetado (Kfuri Barbosa, 2015) e regionalismo modular (Gardini, 2015), se centra na ideia de que o exemplo do país transandino é, explicitamente, o caso que guarda a singularidade de permanência do chamado “regionalismo aberto¹” na região, apesar de ter figurado no grupo dos chamados governos progressistas.

Destarte, se a bibliografia apontou para a enchente de uma recente onda de regionalismo, impulsionada pelo fenômeno da “Maré Rosa”, cuja característica principal seria a ampliação da agenda regional para além dos termos meramente comerciais, as complexidades dessa onda em disputa devem ser interpretadas de maneira abrangente. Posto isso, a compreensão da política externa para a

1 Entendido como: “um processo de crescente interdependência no nível regional promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente” (CEPAL, 1994 apud SOUZA, 2012, p. 113).

integração regional é um dos fatores principais a serem considerados.

Finalmente, o momento ímpar dessas alternâncias político-ideológicas, no Chile, expressa a necessidade de evidenciar esses fenômenos, a fim de responder interrogações sobre as características e, especialmente, as opções ideológicas de diferentes mandatários no processo de implementação de política externa, contribuindo, portanto, para ampliar esse debate campo de estudos da Ciência Política e, especialmente, das Relações Internacionais.

Sendo assim, além desta introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em três seções: na seção debutante será apresentado o estado da arte dos estudos acerca do impacto da ideologia em temas relacionados ao regionalismo; na segunda seção será exposto as ferramentas metodológicas para a análises; e, na terceira seção, será empreendida uma análise das mensagens presidenciais ao Congresso Nacional do Chile buscando aferir o posicionamento dos mandatários no que se refere à agenda de política externa para o regionalismo.

I. O ESTADO DA ARTE

As pesquisas (Marks, Wilson & Ray, 2002; Marks et. al., 2006; Whitefield & Rohrschneider, 2015; Onuki e Oliveira, 2006 e 2010; Ribeiro, Oliveira e Pereira Neto, 2007) que buscaram entender a influência da ideologia sobre a agenda de política externa para a integração regional e/ou o regionalismo tiveram como sujeito de análise os legisladores e/ou partidos políticos, como variável o voto desses agentes e circunscreveram o conhecido *continuum* ideológico esquerda/direita tem apontado para múltiplas dimensões em disputa.

Os estudos no âmbito europeu procuraram apreender o euroceticismo à luz do espectro político em diferentes países:

Marks, Wilson e Ray (2002) ao testar, através de modelos estatísticos, a posição, no período de 1984 a 1996, das famílias partidárias (*party family*) em relação à integração europeia, defenderam que, para além das disputas ideológicas nacionais, é possível prever seus respectivos posicionamentos em relação à UE. Assim, de maneira geral, eles concluíram que:

The most favorably oriented party families are the liberal and the Christian democratic, followed by the social democratic and regionalist. Next come the agrarian, the conservative, and the green party families. The Protestant, extreme right, and communist/extreme left families are the most

Euroskeptical. Party families vary systematically in their support for European integration and this variation is intelligible in terms of their cleavage location (Marks, Wilson & Ray, 2002, p. 590).

O trabalho de Marks et al. (2006) buscou demonstrar como o perfil ideológico dos partidos políticos afeta a sua posição em relação ao apoio à integração europeia de maneira diferente nos países da Europa Ocidental *vis-à-vis* a Europa Central e Oriental. De acordo com os autores duas dimensões estruturam a competição entre partidos na Europa. A primeira dimensão, considerada a principal competição partidária na Europa Central e Oriental, é a dimensão esquerda/direita preocupada com a redistribuição, bem-estar e regulamentação governamental da economia. Enquanto a esquerda prioriza a igualdade econômica, a direita prioriza a liberdade econômica individual. A segunda dimensão, resume questões não-econômicas, como questões ecológicas, de estilo de vida e comunitárias, e, portanto, é mais diversa que a díade esquerda/direita. Em alguns países se orienta na divisão entre proteção ambiental e crescimento sustentável; em outros, captura-se o conflito sobre valores tradicionais enraizados em uma divisão religião-laicismo; e, ainda, em outros, ela é voltada para a imigração e defesa da comunidade nacional.

Assim, os autores descreveram os polos dessa dimensão como: Verde-Alternativo-Libertário (GAL, em inglês) e Tradicionalista-Autoritária-Nacionalista (TAN). Portanto, segundo os autores, há na Europa Ocidental fortes afinidades entre esquerda e GAL e entre direita e TAN. Os resultados dos autores demonstraram que, na Europa Ocidental, há duas fontes principais de oposição à integração europeia: a ultra esquerda GAL e TAN e a ultra direita TAN. Partidos de esquerda como o sueco *Vänster* e o português Coligação Democrática Unitária se opõem às implicações do mercado da integração europeia e veem como um Cavalo de Troia o capitalismo internacional. Partidos situados no extremo TAN, como, por exemplo o *Danske Folkepartiet* ou o francês *Front National* se opõem a UE, pois defendem a soberania nacional ao acreditarem que a UE prejudica as comunidades nacionais. A UE, nesse caso, é um projeto de centro (Marks et al., 2006).

À vista disso, na Europa Ocidental:

The radical Left views European integration as an elitist capitalist project that isolates decision making from citizens in the interests of powerful corporations. Radical Tan parties view European integration as an elitist supranational project that weakens national autonomy and traditional values (Marks et al., 2006, p. 163).

As conclusões acerca da Europa Central e Oriental levaram os autores a perceberem o mesmo ceticismo por parte da ultra esquerda e da ultra TAN, mas, argumentaram, também que, diferentemente do oeste europeu, a oposição à UE tende a se concentrar em um único polo: na ultra esquerda TAN.

Portanto, segundo Marks et al. (2006, p. 167):

All but 1 of 16 Euroskeptic or neutral parties [...] are located in the Left-Tan quadrant. The sole exception is the Czech ODS (Obcanska Demokraticka Strana), the Civic Democratic Party of former prime minister and current president Vaclav Klaus, which is located in the Right-Gal quadrant and is depicted as neutral by our experts.

Em um estudo mais recente, Whitefield e Rohrschneider (2015) buscaram entender, tendo como periodização 2007-08 e 2013, peculiaridades quanto ao posicionamento de partidos da Europa Central e Oriental frente aos da Europa Ocidental e, especialmente, a evolução do apoio dos eleitores à integração regional ante a materialização ou não dessa evolução no posicionamento dos partidos.

De maneira geral, os autores defenderam, a partir de um amplo estudo estatístico, que, tanto no oeste quanto no leste europeu, comunistas e nacionalistas estão em um extremo

—eurocéticos— e social-democratas e liberais estão em outro. Não obstante, há peculiaridades nessa divisão, enquanto no oeste os partidos que tem relação mais próxima com os processos de integração permaneceram estáveis tanto no seu posicionamento quanto na importância que atribuem a essa questão; no leste, os partidos tenderam a um posicionamento menos pró-integracionista e, ao mesmo tempo, reduziram a relevância atribuída à questão (Whitefield & Rohrschneider, 2015)

Sendo assim, segundo Whitefield & Rohrschneider (2015, p. 16):

While the public becomes more sceptical of integration and the issue appears to be rising in their political priorities, pro-integration parties either choose not to follow them in policy terms or in salience (in WE states) or follow them in issue stance but do not follow them by increasing integration salience. The other side of that is that both issue representation and salience representation of rising Euroscepticism in both East and West are primarily taken up by extreme parties— Communists and nationalists. In that sense, we perceive a clear representational strain in European parties. If electorates find that it is only extreme parties that take up the importance of integration, they may well be increasingly tempted to vote for

them. Indeed, this is precisely a large part of the explanation that we would provide for the relative success of such parties in the 2014 European elections.

Esses trabalhos demonstram que o apoio a integração regional, na Europa, é multidimensional e não está justificado na simplificação esquerda pró-Europa e direita-eurocética. Nesse mesmo sentido, os estudos da realidade latino-americana têm apresentado uma realidade de multidimensionalidade similar.

Segundo Onuki & Oliveira (2006, p. 153):

O que se viu, assim, no caso brasileiro e em outros países analisados (Chile e México), foi uma polarização quanto a tipos distintos de apoio a projetos de integração regional. Mas não propriamente, e necessariamente, uma correlação positiva entre governos de esquerda e perspectiva de consolidar a integração regional. Em ambos os espectros políticos, de centro-direita e de centro-esquerda, existem elementos catalisadores e entaves ao processo de integração regional.

A partir da análise do posicionamento de deputados chilenos diante da votação do projeto de lei de desligamento do acordo de complementação econômica com o MERCOSUL, Onuki e Oliveira (2006)

evidenciaram que os deputados da coalizão de centro-esquerda votaram contra o projeto com apenas um voto a favor do desligamento, enquanto mais da metade dos deputados de centro-direita votaram a favor da ruptura. Mesmo assim, embora isso corrobore a tese “esquerda integracionista”, Onuki e Oliveira (2006, p. 149) defendem que:

Na realidade, esquerda e direita suportam projetos substantivamente distintos de integração regional. Enquanto a esquerda defende a integração entre países em desenvolvimento, a direita tende a suportar integração com grandes potências. Além disso, a direita insiste numa integração comercial, de mercados, ao passo que a esquerda valoriza a integração política e societal.

Essa divisão entre integração comercial e integração política e societal foi constatada na corrida presidencial mexicana de 2006. Segundo os autores, no pleito, de um lado, a centro-direita dava ênfase ao *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) e, de outro lado, a esquerda defendia uma revisão de acordos do NAFTA e uma maior proximidade com líderes nacionalistas da Venezuela, Cuba e Bolívia que davam ênfase a questões políticas e sociais (Onuki & Oliveira, 2006).

No caso brasileiro, os autores constataram uma dificuldade de

implementação de programas regionais de cunho desenvolvimentistas (keynesiano), pois as nuances de um projeto de nacional desenvolvimentismo com regras de investimentos diretos estrangeiros, compras governamentais e propriedade intelectual entrava em conflito com o projeto de integração regional que demandava políticas de abertura comercial (Onuki & Oliveira, 2006). Os autores defenderam, então, que:

Este conflito estrutural, política nacional versus compromissos internacionais, impacta o cerne dos projetos integrativos sul-americanos, arena-chave ao exercício de uma política externa inovadora e progressista. Não resta dúvida de que a simultaneidade, na América do Sul, de governos de centro-esquerda ou progressistas reforça a convergência política e a prioridade em torno do projeto de integração ou governança sul-americana. Contudo, a forte propensão dos governos da região em manter graus de liberdade em termos de formulação de política industrial, dificulta os esforços de ação coletiva (Onuki & Oliveira, 2006, p. 150).

A asserção demonstra que o fenômeno de enchente da maré rosa deu prioridade ao processo de governança sul-americana, no entanto parece evidenciar que há outros fatores que sobrepuseram a essa confluência

ideológica. No caso brasileiro, o modelo de desenvolvimento, de acordo com Onuki e Oliveira (2006), pareceu ter um peso considerável na definição dos rumos do regionalismo.

De maneira geral, Onuki e Oliveira (2006) apresentaram que regimes de esquerda demonstram uma indisposição em ceder graus de manejo em termos de política industrial tanto para instituições domésticas, como reforçar o papel do Legislativo em matéria de política comercial, quanto para o fortalecimento de burocracias autônomas como agências reguladoras ou o Banco Central.

Em decorrência disso, há uma refratariedade de institucionalização das regras no plano supranacional tendendo, portanto, a esquemas intergovernamentais mais flexíveis. Já as forças de centro-direita seriam mais propensas às políticas liberalizantes como, por exemplo, na arena comercial que poderiam ser elementos indutores dos processos integrativos. Essas políticas liberalizantes podem ser a abertura comercial de seu próprio país, a regulação mais favorável a transações comerciais, a presença de desenhos institucionais que garantam maior estabilidade as regras comerciais e, especialmente, à supranacionalização de normas com a intenção de amarrar as reformas liberalizantes (Onuki & Oliveira, 2006).

Avançando nos estudos acerca do caso brasileiro, Onuki e Oliveira (2010) ao analisarem os manifestos

de partidos políticos, defenderam que a centro-esquerda atribui clara prioridade as relações Sul-Sul enquanto a centro-direita mantém a importância da vinculação Norte-Sul. Agrega, também, que a defesa do multilateralismo e do Direito Internacional são consensuais. Já o MERCOSUL deixou de ser um consenso e passou a ser objeto da disputa no espectro, tendo defensores mais à esquerda.

Nesse sentido é interessante salientar que Vigevani e Ramanzini Júnior (2009, p. 70) defenderam que:

Para o Brasil e para o Mercosul, as dificuldades para a afirmação da integração não estão vinculadas à vontade política, mas derivam de mudanças profundas no sistema internacional. Mudanças que se referem à estrutura econômica, aos fluxos de comércio, de investimentos, de tecnologia, e ao poder político, militar e cultural. Na sociedade e no Estado brasileiro, os interesses e as concepções de autonomia, de universalismo, a busca pelo fim do unilateralismo e o fortalecimento do multilateralismo – objetivos estes que em algumas fases se superpuseram e coincidiram com o projeto de integração regional, particularmente na relação com a Argentina e com o Mercosul – nos anos 2000 parecem encontrar dificuldades para se compatibilizarem. Mesmo com a emergência de governos

considerados de esquerda, com bases de apoio mais ou menos similares e com afinidades políticas genéricas, não houve maior impulso aos processos de integração da região, particularmente do Mercosul; pelo contrário, na verdade parece haver um círculo de desengajamento em relação à integração. Os contenciosos, muitas vezes importantes, sucedem-se (gás da Bolívia, Itaipu, Botnia, Odebrecht-Ecuador) e atingem o próprio núcleo da integração.

A questão da afinidade ideológica é, portanto, mais uma vez problematizada. Parece haver outras questões estruturais que são vistas como entraves ao regionalismo. Essas questões são aventadas inclusive dentro do MERCOSUL que é constituído por países com proximidades geográficas e, sobretudo econômicas – se comparados ao Chile – uma vez que, apesar de serem Estados-economias nacionais assimétricas, não tiveram o receituário neoliberal implementado tão a fundo quanto no Chile.

A literatura especializada acerca do impacto da ideologia política sobre o regionalismo é escassa para o caso brasileiro e, especialmente, para o caso chileno. As discussões acerca desse tema, no e para o Chile, dialogam com a temática mais ampla sobre o impacto das ideias. Essa literatura tem versado sobre o impacto das ideias sobre questões institucionais como, por exemplo, o papel

das ideias sobre os poderes presidenciais (Arellano-González & Martínez, 2019) ou sobre a formulação da política indígena (Arellano-González & Cheuquefilo, 2020). Esses estudos demonstram que as ideias possibilitaram mudanças institucionais. Essa literatura empírica foi ao encontro do chamado institucionalismo discursivo que defendeu o impacto das ideias na institucionalidade através do discurso (Schmidt, 2008).

Não obstante, apesar de restrito, há estudos como o trabalho de Baeza e López (2005) que ao analisar o processo de votação do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos da América (EUA) defendeu que “*el estudio sostiene que las barreras ideológicas anteriores, propias de los días de la Guerra Fría, no afectaron la aprobación del tratado por la mayoría de los miembros de la centro-izquierda y de la izquierda de la Cámara de Diputados*” (Baeza & López, 2005, p. 39).

Nesse mesmo sentido, de Ribeiro, Pereira Neto e Oliveira (2007) analisaram as votações nominais sobre a ratificação de TLC na *Cámara de Diputadas y Diputados de Chile* (CDD), entre 1990 e 2006, para buscar discutir até que ponto a variável ideologia partidária importa para explicar os votos dos congressistas em questões de política comercial. Os autores concluíram que “a ideologia dos partidos políticos chilenos tem poder preditivo na constituição das preferências dos deputados em

temas de política comercial, mesmo quando controlada por interesses locais” e que, no caso chileno, “quanto mais à esquerda, maior a chance de se votar favoravelmente ao livre comércio” (Ribeiro, Pereira Neto & Oliveira, 2007, p. 51-52).

Aqui há um argumento que mexe ainda mais com as peças do tabuleiro ideológico em termos de regionalismo. A defesa da liberalização no caso chileno tem sido mais aguerrida por parte da coalizão governista de centro-esquerda. Aqui há uma ressalva a ser feita, para além da disputa ideológica o próprio enfrentamento governo *versus* oposição pode ser indicação dessa defesa dos tratados de livre comercio. Apesar dessa ressalva, o que fica demonstrado é que, enquanto no Chile a defesa da liberalização comercial está presente nos dois lados do espectro, no Brasil, por exemplo, essa pauta juntamente com o desprendimento das “amarras do MERCOSUL” tem sido uma defesa de forças políticas mais à direita do espectro.

Nesse leque de estudos acerca do Legislativo, para além da discussão das afinidades ideológicas na defesa ou não de processos de regionalismo, há, antes, a indagação acerca da importância da ideologia em temas vinculados ao regionalismo como as questões comerciais. Aqui, o trabalho de Ribeiro (2014) é esclarecedor ao problematizar essa vinculação.

Ribeiro (2014) ao analisar, a partir de modelos logísticos, o voto dos

legisladores do Brasil Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru em temas comerciais contrastando variáveis socioeconômicas dos distritos eleitorais com a ideologia do partido político e o pertencimento ou não à coalizão governista, concluiu que enquanto na Argentina, Chile e México “o pertencimento do partido político do legislador à coalizão de governo e a ideologia do mesmo apresentaram relevância (Ribeiro, 2014, p. 141)”, no Brasil, Paraguai e Peru “as variáveis socioeconômicas condizentes aos distritos eleitorais dos legisladores revelaram capacidade associativa maior dos votos dos mesmos” (Ribeiro, 2014, p. 141). Outros estudos (Oyarzún, 2013; Disi Pavlic) apontaram suas explicações para o papel das elites econômicas e para questões subnacionais.

Finalmente, o que podemos concluir é que a ideologia política não tem sido o caráter diferenciador principal da defesa de ideias de regionalismo distintas. Além disso, o peso dessa variável tem variado de acordo com o contexto histórico e a realidade política e social dos países. A revisão da literatura especializada demonstrou que a divisão esquerda e direita em temas vinculados ao regionalismo, quando influente, possui nuances distintas a depender dos países e que a lógica da unidimensionalidade não apreende todas as vicissitudes.

Contudo, o que aparenta ser uma constante é que se, por um lado, a esquerda tende a dar atenção a um regionalismo que envolva questões políticas e societais e relações Sul-Sul, por outro lado, a direita tende a privilegiar um regionalismo comercial e relações N-S. Como aspecto restritivo, é preciso ter ciência de que a defesa dos TLC não é apontada pela literatura como objeto de disputa da década no Chile.

Embora a compreensão do posicionamento partidário a partir da análise de votações no *locus* de vivência da atividade partidária – Legislativo – seja necessária, é preciso entender, também, o perfil dos líderes no que tange a ideologia. Considerando que a maioria dos países latino-americanos tem sido caracterizada pelo chamado “hiperpresidencialismo” (Malamud, 2003), consequentemente, as ideias defendidas pelos mandatários em regimes presidenciais fortes são primordiais para a compreensão das ações políticas (Sikkink, 1991). Dessa maneira, “*the way national leaders view the world and each other fundamentally affects their policy choices*” (Walker, 1990, p. 407). Ao não explorar a ideologia política dos mandatários, a bibliografia expõe uma brecha que será trabalhada neste artigo.

2. O MÉTODO

Nos deparamos com uma tarefa metodológica complexa: aferir a ideologia política dos (as) mandatários (as) no que se refere ao regionalismo. A maior parte da literatura de métodos que trata da relação entre ideologia e políticas públicas tem como sujeito de análise o posicionamento dos partidos ou parlamentares no eixo esquerda-direita e, em menor medida, há uma transposição dos métodos analisando programas de governo para a compreensão do posicionamento dos mandatários (Tarouco & Madeira, 2013).

De acordo com Tarouco e Madeira (2013), a literatura de métodos de aferição de posicionamento partidário no eixo esquerda-direita pode ser dividida quanto à autoria da classificação em dois grupos: i) os feitos pelos próprios partidos e ii) os baseados na identificação que terceiros fazem dos partidos. No primeiro grupo, é utilizada estratégias como *surveys* aos membros e análises de documentos partidários. No segundo grupo, os politólogos lançam mão de análises das posturas dos legisladores na atuação parlamentar, da imagem dos partidos na opinião pública e da classificação feita por especialistas.

Apesar da multiplicidade de métodos, Tarouco e Madeira (2013, p. 152) defenderam que esses “métodos têm suas limitações, porque posições políticas são conceitos abstratos que não podem ser observados

diretamente e qualquer método utilizado para estimá-las pode apenas apreender algumas de suas manifestações empíricas”.

Tendo em vista o debate metodológico, Tarouco e Madeira (2013) exploraram e adequaram, para o caso brasileiro, o método elaborado pelo *Manifesto Research Group* (MRG), denominado *Comparative Manifesto Project* (CMP), que consiste na análise de conteúdo dos programas partidários. Os autores indicaram que há diferenças claras entre os resultados da classificação que considera a atuação no legislativo e no governo e a classificação que leva em conta o programa partidário. Assim, os resultados dos conteúdos programáticos demonstraram que os partidos brasileiros se distinguem menos do que parecem sugerir as classificações correntes, elaboradas majoritariamente a partir da análise de comportamentos parlamentares.

Segundo Tarouco e Madeira (2013, p. 153), na perspectiva que considera os programas partidários:

Cada partido seleciona questões de uma agenda universal para concentrar atenção e esforços de campanha, formular propostas de políticas e priorizar nos governos. O que varia e terminaria por distinguir um partido do outro é a proeminência atribuída a cada questão naquilo que cada partido

oferece publicamente como conjunto de suas preferências políticas: seus documentos programáticos. Cada partido escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade. A identificação a partir das ênfases programáticas é instrumentalizada para a localização dos partidos no espaço de competição política de maneira mais eficiente que outros indicadores já propostos. O conteúdo da plataforma é tomado como o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou dos eleitores) são baseados em comportamentos. Isso equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele.

Lançando mão do mesmo método, Gamboa, López e Baeza (2013) estimaram a posição dos presidencialistas chilenos, entre 1970 e 2009, e defenderam que a distância ideológica entre esquerda, centro e direita nos anos 1970 era significativa e que, a partir de 1989 a distância entre as principais coalizões (*Concertación e Alianza*) é mais moderada e estável, ademais a esquerda extraparlamentar tem posições programáticas mais moderadas que dos anos 1970.

Santiago (2018) buscou entender de que forma o posicionamento ideológico e a clivagem governo *versus* oposição impactam na atuação parlamentar quanto a atos internacionais entre os anos de 1988 e 2014. Para isso o autor também teve como referência o método do CMP, mas não analisando os programas de governo ou manifestos partidários, ele adapta o método para analisar os pronunciamentos dos parlamentares em plenário, as emendas e os pareceres elaborados. O autor defendeu que “apenas a variável ideologia não explica toda a complexidade do trabalho legislativo em política externa. Apesar de grande parte do embate ficar em torno dessa dimensão (esquerda-direita), a clivagem governo *versus* oposição e os interesses federativos acabam complementando a explanação” (Santiago, 2018, p. 254).

Assim sendo, cientes de que compreender posições políticas não é tarefa fácil e de que há precedentes no recorte e combinação de métodos visando conseguir apreender algumas de suas manifestações empíricas, lançamos mão do método de análise de manifestos partidários adaptando-o para a compreensão das mensagens presidenciais aos parlamentos nacionais. A compreensão, portanto, se restringe à agenda de regionalismo e não objetiva estimar as ideologias dos mandatários. O CMP se trata de uma análise quantitativa de dados qualitativos. Além da utilização do CMP como referência, procederemos

uma discussão qualitativa dos conteúdos das mensagens buscando refinar e detalhar os resultados. A análise qualitativa será realizada a partir da discussão dos resultados com achados na literatura de política externa.

Inicialmente cabe esclarecer os objetos analisados. Seleccionamos as mensagens remetidas aos Congressos Nacionais. Enviadas em 1 de janeiro de cada ano, no caso brasileiro, e 21 de maio – até 2017 quando a data foi alterada para o dia 1 de junho, no caso chileno. Ao focarmos na análise das mensagens anuais, entendemos que elas refletem a apresentação do que foi executado e do que será feito. A análise das mensagens se mostra muito promissora, pois enquanto os programas de governo e manifestos partidários muitas vezes refletem posições que ainda não passaram pelo crivo do constrangimento da governabilidade, as mensagens evidenciam a prática e aspirações do governo. A imagem produzida por essas mensagens demonstra quais questões foram ou estão sendo enfatizadas e qual a real identidade que o governo quer passar.

No método original do CMP: “[the] texts are turned into statistical distributions by classifying each (quasi-) sentence into one of 56 categories and percentaging them out of the total number identified. This gives an indication of the emphasis the party puts on them” (Klingemann & Budge, 2013 p. 54). O uso de (quase) sentenças como unidade de codificação

é defendido, pois “*Sentences, or alternatively sentence-like arguments, are the basic unit of measurement in political and other discourse. More flexible and nuanced than individual words, they give a better representation of what is actually being said.*” (Volkens & Bara, 2013, p. 297). Buscamos então as ideias políticas no conjunto de palavras, sendo que uma unidade textual pode conter mais de uma ideia política.

Dessas 56 categorias, o MRG seleccionou treze para compor o espectro direita-esquerda. Assim,

The manifesto left-right scale sums the percentage of manifesto quasi-sentences in 13 issue categories coded as ‘left’ and subtracts them from the sum of the percentages of manifesto quasi-sentences in 13 issue categories coded as ‘right’. This produces a left-right scale with a theoretical range of -100 (far left) to +100 (far right). The issue categories included in the left and right groupings are predominantly economic, although both include social and other non-economic issues as well (for instance, democracy and peace on the left, and law, order, and traditional morality on the right) (Best, 2013, p. 35).

As treze categorias são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1**Scoring the left-right scale (RILE) on the basis of manifesto estimates**

<i>Right emphases: sum of % for</i>	<i>Left emphases: sum of % for</i>
<i>Military: Positive</i>	<i>Decolonization, Anti-imperialism</i>
<i>Freedom, Human Rights</i>	<i>Military: Negative</i>
<i>Constitutionalism: Positive</i>	<i>Peace</i>
<i>Political Authority</i>	<i>Internationalism: Positive</i>
<i>Free Enterprise</i>	<i>Democracy</i>
<i>Economic Incentives</i>	<i>Regulate Capitalism, Market</i>
<i>Protectionism: Negative</i>	<i>Economic Planning</i>
<i>Economic Orthodoxy</i>	<i>Protectionism: Positive</i>
<i>Social Services Limitation</i>	<i>Controlled Economy</i>
<i>National Way of Life: Positive</i>	<i>Nationalization</i>
<i>Traditional Morality: Positive</i>	<i>Social Services: Expansion</i>
<i>Law and Order</i>	<i>Education: Expansion</i>
<i>Social Harmony</i>	<i>Labour Groups: Positive</i>

Final scale score is summed right percentage minus summed left percentage

Fonte: (Budge & Meyer, 2013, p. 88).

Ao operacionalizar o método, Tarouco e Madeira (2013, p. 157):

Ordenando os manifestos pelos resultados na escala, temos que quase todos os documentos programáticos dos partidos analisados situam-nos no campo ideológico da esquerda. Esses resultados divergem bastante das posições usualmente atribuídas aos partidos brasileiros, mencionada anteriormente. A divergência certamente se deve à inadequação, às especificidades brasileiras, de algumas das categorias escolhidas para compor a escala.

À vista disso, estabelecer parâmetros para uma análise de conteúdo estritamente quantitativa e restrita a uma temática torna-se desaconselhável. Primeiro, porque os estudos

que servem de base para a formulação das categorias em integração regional e regionalismo têm apontado para uma multidimensionalidade; segundo, porque a defesa do regionalismo não tem operado entre esquerda a favor da integração regional ou regionalismo e direita contra a integração regional ou regionalismo, mas em relação a forma.

Ao lançarmos mão da ferramenta quantitativa com o devido rigor metodológico combinada com uma análise qualitativa dos dados, avançaremos no sentido de buscar indicações do poder explicativo da ideologia política em regionalismo.

Esclarecidas essas questões, selecionamos nas mensagens enviadas apenas o que se refere à política externa. Dentro da temática de política externa selecionamos apenas o que tange ao regionalismo. Tendo como

precedente a transposição do método e essa viabilidade indicada pelos pesquisadores do MRG e como referência a revisão da literatura realizada acerca da ideologia e integração regional/ regionalismo selecionamos oito categorias de análise que são indicadas como variáveis nas quais há certa dicotomia entre esquerda e direita: i) Relação com os países desenvolvidos; ii) Relação com os países em desenvolvimento; iii) Relação com a América Latina; iv) Regionalismo latino-americano; v) Coordenação política regional; vi) Coordenação social regional; vii) Mercosul; e viii) Livre Comércio. Essas categorias foram desmembradas entre visões positivas e negativas, de acordo com o que a revisão da literatura tem demonstrado quanto às percepções de esquerda e direita.

A relação positiva com os países desenvolvidos tem sido pontuada como característica da direita (Onuki & Oliveira, 2006), logo a relação negativa seria categorizada como de esquerda. Uma relação positiva com os países em desenvolvimento tem sido caracterizada como de esquerda, enquanto a relação negativa seria de direita. Inserimos nesta categoria países em desenvolvimento fora da América Latina, uma vez que há uma dimensão específica para os países latino-americanos. Aqui cabe esclarecer que utilizamos como referência a lista de países desenvolvidos e em desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório

World Economic Outlook de 2006 (FMI, 2006, p. 182) —início do nosso recorte temporal— que divide o mundo em dois grupos: 1) economias avançadas (países desenvolvidos) e 2) outros mercados emergentes e países em desenvolvimento. Apesar de entendermos que as discussões de desenvolvimento problematizam os critérios estratificadores de distintas classificações, a lista apresentada no relatório do FMI (2006) possui uma divisão clara e precisa o que permite a operacionalização do método.

Apesar de a dimensão relação com os EUA ser a dimensão que mais aparece na literatura de política externa latino-americana, decidimos não explorá-la como uma categoria independente na análise quantitativa, uma vez os EUA fazem parte da categoria países desenvolvidos. Exploraremos esse item de forma independente na análise qualitativa ao realizarmos uma discussão com a bibliografia.

Listas como a do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que faz uma divisão entre países com desenvolvimento muito elevado, elevado, médio e baixo, apesar de possuir indicadores mais amplos, na aplicabilidade do método poderia apresentar confusões, pois inseriríamos, por exemplo, países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado, segundo o relatório de 2007, como a Líbia, Brasil, México, Panamá, Chile

e Cuba, no leque de países desenvolvidos (PNUD, 2007).

Uma visão positiva da relação com os países da América Latina é tida como característica da esquerda. Já uma visão positiva do regionalismo foi categorizada, para fins de operacionalização do método, seguindo a lógica unidimensional, como sendo de esquerda. Adotamos essa categoria como exploratória, pois uma discussão qualitativa dos dados poderá aprimorar o entendimento. Menções explícitas a termos como integração regional serão inseridas nessa categoria bem como menções à AP. Uma ideia não estará presente ao mesmo tempo em duas categorias.

Buscando melhorar essa margem de erro deixada pela categorização do regionalismo como “de esquerda”, inserimos categorias que dão um aspecto multidimensional (Onuki & Oliveira, 2006) como, por exemplo, o foco na característica política e societal.

Assim, a coordenação política regional e a coordenação social regional vista positivamente é tida como uma política à esquerda. Trataremos como coordenação, pois essa evidencia uma ideia de gradatividade. Estão

inseridos nessas categorias menções à coordenação, cooperação, regionalismo e integração (caso haja menção à supranacionalidade) política ou social. Assim, além das menções taxativas quanto à coordenação política, menções à organismos de coordenação política como União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) serão inseridos nessa categoria.

Indo ao encontro das especificidades multidimensionais, inserimos a visão positiva do MERCOSUL como característica da esquerda, uma vez que a literatura apontou que essa visão antes consensual tem dividido o espectro político brasileiro.

Em razão do apontado pela literatura (Ribeiro, 2014) de que a esquerda no Chile tende a defender mais a liberalização, tipificamos a variável livre comércio como de esquerda. Essa última categoria, também, é tida como exploratória, pois apenas uma análise qualitativa dos dados poderá demonstrar suas nuances.

Esclarecidas as questões metodológicas, poderemos partir para uma análise quantitativa e qualitativa na seção seguinte.

3. IDEOLOGIA POLÍTICA E REGIONALISMO

Ao sistematizarmos a análise em uma tabela que expõe as categorias de análise elencadas na seção anterior, percebemos que situaríamos

o conjunto de ideias e/ou menções às políticas de temas relacionados à agenda do regionalismo, em maior ou menor medida, sempre à esquerda.

Não obstante, é preciso esclarecer que não se trata da posição política dos (as) mandatários (as), uma vez que ela só poderia ser aferida tratando todos os temas que impactam no espectro, mas se refere à tendência do espectro no que tange aos temas

relacionados ao regionalismo a partir das variáveis que selecionamos. Assim, os resultados iniciais, expostos na Tabela 1, dão algumas indicações, mas demandam uma discussão qualitativa.

Tabela 1 Mensuração ideias esquerda-direita regionalismo

Categoria de análise	Posição no espectro	Bachelet (2006-2010)	Piñera (2010-2014)
Relação com os países desenvolvidos: positiva	Direita	3 (16%)	2 (11%)
Relação com os países desenvolvidos: negativa	Esquerda	0 (0%)	0 (0%)
Relação com os países em desenvolvimento: positiva	Esquerda	2 (11%)	0 (0%)
Relação com os países em desenvolvimento: negativa	Direita	0 (0%)	1 (5%)
Relação com a América Latina: positiva	Esquerda	4 (21%)	4 (21%)
Relação com a América Latina: negativa	Direita	0 (0%)	3 (16%)
Regionalismo latino-americano: positiva	Esquerda	3 (16%)	2 (11%)
Regionalismo latino-americano: negativa	Direita	0 (0%)	0 (0%)
Coordenação regional: positiva	Esquerda	3 (16%)	4 (21%)
Coordenação regional: negativa	Direita	0 (0%)	0 (0%)
Coordenação social regional: positiva	Esquerda	2 (11%)	0 (0%)
Coordenação social regional: negativa	Direita	0 (0%)	0 (0%)
Mercosul: positiva	Esquerda	0 (0%)	1 (5%)
Mercosul: negativa	Direita	0 (0%)	0 (0%)
Livre Comércio: positiva	Esquerda	2 (11%)	2 (11%)
Livre Comércio: negativa	Direita	0 (0%)	0 (0%)
Total:		19 (100%)	19 (100%)
Total de ideias e/ou políticas de:	Esquerda	16 (84%)	13 (68%)
Total de ideias e/ou políticas de:	Direita	3 (16%)	6 (32%)
Valor na escala		-68	-36

Fonte: elaboração própria.

Podemos deprender algumas tendências gerais. Os valores na escala parecem indicar que, conforme sabedoria convencional, ao menos no plano discursivo, no que tange ao regionalismo, Bachelet está mais à esquerda (-68) que Piñera (-36). Os resultados de Piñera à esquerda podem ser explicados tanto pela dificuldade em apreender, nas categorias elencadas, visões negativas que, em sua grande maioria, estão atreladas à direita, quanto à própria hipótese de complexidade de justificativa do regionalismo à luz da díade unidimensional esquerda-direita. O que, mais uma vez, invoca a necessidade de uma análise qualitativa.

Os achados quantitativos indicam que a categoria que teve maior peso no discurso de Bachelet e Piñera foi a visão positiva da relação com a América do Latina com 21%. Enquanto para a Bachelet essa categoria é a de maior peso, para Piñera essa temática compartilha a liderança com uma visão positiva da coordenação política regional, com, também, 21% ou quatro menções.

É necessário ressaltar que as menções de Piñera que foram tipificadas como uma visão positiva da coordenação política tratam da realização de funções assumidas previamente em instituições de coordenação política como, por exemplo, “*Adicionalmente, seguimos profundizando nuestros lazos de integración con América Latina, asumiendo nuestro rol en Unasur [...] En julio, Chile*

asumirá la Presidencia de la naciente Comunidad de Estados de América Latina y el Caribe” (Piñera, 2011, p. 25-26). Assim, mesmo que nas falas de Piñera a visão positiva da coordenação política regional tenha um alto peso, é necessário comentar que se trata de atuação *ex officio*.

Um achado relevante são as menções críticas, entendidas como negativas, feitas por Piñera à relação com países da América Latina que insere essa categoria como a de segundo maior peso, com 16% ou três menções. Tanto Bachelet quanto Piñera conferem o mesmo peso aos TLC com 11% ou duas menções para ambos, ainda que numericamente seja Bachelet a que, em uma sentença, elencou a assinatura de mais tratados. Por fim, um achado importante é a menção que Piñera faz ao MERCOSUL o que não está presente no discurso de Bachelet.

A análise quantitativa parece, por um lado, esclarecer alguns pontos e, por outro, tornar mais nebulosa a questão. De uma parte, corrobora a hipótese de não polarização, no contexto chileno, de temas como os TLC, de outra parte, não vislumbra dicotomias marcantes no que tange a relação positiva da coordenação política regional de presidentes que são inseridos em lados diferentes do espectro com Piñera e Bachelet.

Complementarmente, apesar de não estarem inseridos nas categorias relacionadas ao regionalismo que selecionamos para a análise, cabe

salientar que ambos os (as) presidentes (as) defendem o multilateralismo, mas fazem menção a uma visão crítica do sistema internacional e da necessidade de reforma de organismos multilaterais que, de acordo com Mendes e Graça (2020), são aspectos vinculados à esquerda e que esteve presente, por exemplo, em vários momentos nas mensagens de Piñera que é caracterizado pela literatura especializada como de centro-direita.

Apresentados essa discussão quantitativa, os achados indicam para a necessidade de uma análise qualitativa minuciosa. Assim, nos deteremos aos pormenores de cada categoria:

Quanto à relação com os países desenvolvidos, Piñera, é o que menos fez menção a uma visão positiva dessa categoria—2 menções o que representou 11% das menções—enquanto para Bachelet essa categoria representou 16%. Uma das menções de Piñera aos países desenvolvidos ocorre em 2011: “*profundizaremos nuestra integración, abriendo nuevos mercados para nuestras exportaciones, especialmente agrícolas, con Estados Unidos y Europa*” (Piñera, 2010, p. 41-42) é interessante chamar atenção para a noção de “integração ao mundo” e a ênfase nas exportações agrícolas. Bachelet mantém, nessa categoria, uma postura mais próxima a de Piñera atrelando, inclusive, os vínculos com os países desenvolvidos à noção de desenvolvimento conforme: “*seguiremos estrechando nuestra relación con Estados Unidos, Canadá y*

la Unión Europea, con los que hemos desarrollado alianzas y acuerdos en materias estratégicas para nuestro desarrollo [...]” (Bachelet, 2009, p. 22).

Os dados qualitativos evidenciam, portanto, algo já apontado na literatura de política externa chilena de que as relações com os países desenvolvidos, e, especialmente, a relação com os EUA não é uma dimensão polarizante entre apoio e rechaço. O contexto de aprovação do TLC do país com os EUA explicitou esse fato (Herrera, 2010). Considerando que uma das percepções em relação ao TLC com os EUA dizia respeito a “ancorar o modelo econômico liberal” (Herrera, 2010). As explicações para a não polarização em relação a essa questão podem ser buscadas, por investigações futuras, no que tange ao modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo país.

Não há menções negativas aos países desenvolvidos. Assim, os conteúdos das menções positivas em relação aos países desenvolvidos parecem indicar uma proximidade entre Piñera e Bachelet. Não obstante, é preciso cautela neste quesito, uma vez que ele pode refletir, para além da brecha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, afinidades ou rechaço em relação a proximidade entre governos.

Quanto a uma relação positiva com os países em desenvolvimento, essa categoria representa 11% das menções de Bachelet e não é citada por Piñera. Bachelet faz menção às

relações com a Ásia: “*Seguiremos consolidando nuestra buena relación con Asia, tan llena de oportunidades. Y nos seguiremos acercando a las regiones más lejanas, como hemos hecho con el Medio Oriente, con África y Oceanía*” (Bachelet, 2009, p. 22). É importante chamarmos a atenção para a completa falta de menções positivas de Piñera aos países em desenvolvimento e uma crítica a Coreia do Norte, em 2012, que pode ser caracterizado visão negativa: “*Y seguiremos alzando con fuerza nuestra voz en todas las instancias y foros internacionales para defender la democracia, los derechos y la dignidad humana en todos los rincones del planeta, incluidos Cuba y Corea del Norte*” (Piñera, 2012, p. 32).

Nesse sentido, é preciso mencionar que o relacionamento com países em desenvolvimento especialmente da região Ásia-Pacífico é um processo que se inicia, em 1994, com a incorporação do país na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) durante a administração de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994–2000). Assim, apesar de Aliança do Pacífico (AP) ter sido criada durante o governo Piñera, a ofensiva em direção ao Pacífico se iniciou muito antes da ascensão do presidente de centro-direita (Aranda Bustamante & Riquelme Rivera, 2011). Essa questão tende a indicar que o modelo de inserção internacional chilena é, mais do que a ideologia,

um fator explicativo para os projetos regionais levados a cabo pelo país.

O conteúdo das menções nessa categoria indica uma prioridade para países asiáticos, por parte de Bachelet; e uma invisibilidade conferida por Piñera aos países em desenvolvimento, o que estaria em consonância com as definições apontadas pelo espectro.

Quanto à relação positiva com os países da América Latina, temos percentualmente empatados Bachelet (21%) e Piñera (21%). Aqui é preciso ressaltar que Bachelet faz sempre menção à América Latina como um todo e dá especial atenção para a relação com Argentina, Bolívia e Peru, quanto a esses dois últimos é relevante considerar referências cordiais como: em, 2008, “*Prudencia, serenidad y sobriedad, porque Perú y Chile debemos avanzar hacia una relación inteligente, en la cual la demanda no nos debe desviar del rumbo de integración y amistad en el cual tenemos que perseverar*” (Bachelet, 2008, p. 17-18) e, em 2009, “*Con ese mismo espíritu de integración y fraternidad hemos fortalecido la confianza y hemos progresado en nuestra agenda bilateral con la hermana República de Bolivia*” (Bachelet, 2009, p. 21-22). Quanto à Piñera, as menções positivas se dão no contexto das disputas territoriais com Peru e Bolívia e uma presença marcada da relação positiva com a Argentina ou com ênfase no aprofundamento da relação com a América Latina sem

abandonar do modelo liberalizante. Em razão do acirramento das disputas territoriais, temos Piñera como o presidente que se enquadra na categoria de menções negativas em relação a países latino-americanos (19%). Essas menções se dão numa crítica a Cuba e no contexto de escalada da disputa territorial com a Bolívia: “*las declaraciones del Presidente Morales, incluyendo su intención de acudir a tribunales y organismos internacionales para su aspiración territorial y marítima, constituyen un serio obstáculo para las relaciones entre ambos países*” (Piñera, 2011, p. 25-26).

Essa categoria aponta especialmente para a característica distinta adotada por Bachelet e Piñera diante de dilemas similares enfrentados pelos dois mandatários em momentos distintos. Isso tende a demonstrar, mais uma vez, uma distinção discursiva entre Bachelet e Piñera, uma vez que esse evidenciou um posicionamento mais crítico que aquela.

Em relação às menções positivas ao regionalismo, temos Bachelet com 16% e Piñera com 11%. Bachelet coloca o regionalismo como prioritário “*Sin descuidar las tareas globales, ni la profundización de nuestros lazos económicos internacionales*” (Bachelet, 2006, p. 18) e afirma que “*La integración debe incluir a toda América Latina*” (Bachelet, 2007, p. 41). Já Piñera faz duas menções que são inseridas como uma visão positiva do regionalismo ao mencionar

que “*seguimos profundizando nuestros lazos de integración con América Latina, asumiendo nuestro rol en Unasur y Mercosur y fortaleciendo la Alianza del Pacífico, recientemente acordada entre Chile, México, Colombia y Perú*” (Piñera, 2011, p. 26) e ao se referir ao papel do Chile na AP “*nuestro país ha sido elegido para ejercer la Presidencia Pro Tempore de la Alianza del Pacífico, que integran también Colombia, México y Perú*” (Piñera, 2012, p. 32).

Podemos depreender que Bachelet enfatiza o papel dessa questão sem abrir mão do processo liberalizante e Piñera faz menções ao regionalismo quando chama atenção para a iniciativa da AP que tem a característica da liberalização como núcleo.

Quanto à visão positiva da ordenação política, temos Piñera (21%) na dianteira seguido por Bachelet (16%). Em todas as menções relacionadas ao tema, Piñera trata do cumprimento de obrigações assumidas previamente, por exemplo: “*Aprovecharemos que Chile ejerce hoy la presidencia del Grupo Río y la presidencia de América Latina y el Caribe en su diálogo con Europa*” (Piñera, 2010, p. 41). Bachelet chama a atenção para a colaboração política, para o Grupo Rio —futura CELAC—, e o papel da Unasul “*quiero destacar la actuación urgente y decisiva del bloque para impedir el quiebre de la democracia boliviana*” (Bachelet, 2009, p. 21).

O conteúdo, e não o percentual de menções, visto nessa categoria demonstra um claro posicionamento na defesa da coordenação política por parte da mandatária de centro-esquerda frente ao posicionamento do líder de centro-direita, o que corrobora a perspectiva de que na América Latina a coordenação política regional é um atributo situado, usualmente, à esquerda do espectro. Entretanto, não é possível desprezar o caráter das menções realizadas por Piñera, indicando que, apesar de menor ênfase, esse atributo também tem sido um aspecto da centro-direita.

Quanto às visões positivas em relação à coordenação social, temos menções apenas de Bachelet (11%). É importante considerar a ausência dessa questão nas mensagens de Piñera. Bachelet defende claramente “*coordinar políticas sociales y reducir la pobreza*” (Bachelet, 2007, p. 41) ademais de chamar a atenção para coordenação em temas como Saúde no âmbito da UNASUL. Essa categoria é essencial, pois aqui a distância de Piñera em relação ao seu par fica ainda mais evidente.

Quanto à visão positiva do MERCOSUL, o achado mais importante é a menção positiva por parte de Piñera ao Mercosul ao afirmar que “*Adicionalmente, seguimos profundizando nuestros lazos de integración con América Latina, asumiendo nuestro rol en Unasur y Mercosur [...]*” (Piñera, 2011, p. 26). Aqui a utilização do espectro para entender

o direcionamento das políticas externas para a agenda de regionalismo se complexifica, uma vez que, apesar de a literatura indicar um posicionamento mais crítico ao Mercosul por parte da direita chilena, o mandatário chileno de centro-direita ao fazer menção ao interesse de assumir um papel no bloco vai de encontro ao propalado pelos estudos.

A referência feita por Piñera ao MERCOSUL escancara uma não polarização em relação ao regionalismo. O chamado “rol” do país no MERCOSUL diz respeito à opção tomada pelo Chile, em 1996, em não se tornar membro pleno do bloco. Essa opção, dentre outros aspectos, segundo González Ríos (2014, p. 7) porque havia um choque uma *estructura arancelaria difícilmente adaptable [al MERCOSUR] pues garantiza la competitividad del país (un sistema se arancel único neutral con un nivel muy bajo de gravamen al comercio exterior)*”. Essa questão indica um consenso em relação ao modelo de inserção internacional que não tem sido objeto de polarização.

Por último, quanto à visão positiva em relação à liberalização temos Bachelet e Piñera com uma proximidade, uma vez que a visão positiva contempla 11% ou duas mensagens para ambos os presidentes. Bachelet faz uma extensa menção, em 2008, aos tratados de livre comércio, no entanto, em 2007, ela menciona que: “*Podemos como país, servir de poderoso vínculo entre América Latina y*

el mundo, y muy especialmente con el Asia Pacífico” (Bachelet, 2007, p. 41). Para Piñera, há menções em defesa da abertura econômica inclusive com elogios aos governos anteriores de centro-esquerda:

Gracias a una innovadora y audaz apertura económica, iniciada hace casi tres décadas, y a los fundamentales avances en materia de reinsertión de Chile bajo los gobiernos de la Concertación, nuestro país goza hoy de un muy merecido prestigio internacional, por su estabilidad democrática, su solidez institucional y su paz

social. Tenemos Tratados de Libre Comercio con 56 países, y próximamente firmaremos uno nuevo con Malasia y otro con Vietnam (Piñera, 2010, p. 40).

Essa categoria evidencia um consenso quanto aos tratados de livre comércio, o que indica que, no caso chileno, não é possível inserir, a exemplo do que tem apontado a literatura (Onuki & Oliveira, 2006), essa questão como elemento da disputa esquerda/direita, uma vez que a defesa desse instrumento tem apresentado como consensual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura e as análises demonstraram que, apesar de haver nuances mínimas que evidenciam posicionamentos diferentes por parte de indivíduos situados em pólos diferentes do espectro político, elas não são tão marcantes.

A análise das mensagens das contas anuais enviadas ao Congresso Nacional do Chile evidenciou que tanto a mandatária de centro-esquerda quanto o de centro-direita defenderam ideias semelhantes quanto ao regionalismo. Isso foi percebido inclusive em temas tidos pela literatura como parte de um lado da díade e não de outro, como, por exemplo, a defesa de coordenação política que é vista como elemento da esquerda

e foi defendida, em vários momentos por Piñera (tido pelos especialistas como de centro-direita) ainda que tivesse, na maioria das vezes, um caráter *ex officio*. No mesmo sentido, políticas que são entendidas, no Chile como de esquerda, como a defesa dos tratados bilaterais de livre comércio é objeto de consenso e, até mesmo, foi objeto de elogios de Piñera direcionados à sua antecessora de centro-esquerda.

De maneira geral, constatamos que a defesa da relação positiva com os países em desenvolvimento e a coordenação política e social são características defendidas por Bachelet, mandatária inserida à esquerda do espectro político, e que a defesa do

eixo liberalizante não pode ser inserida na diáde esquerda direita. Nesse mesmo sentido, uma visão crítica em relação a países em desenvolvimento e países da região tem sido defendida pelo mandatário de centro-direita o que sustentaria a dicotomia explicativa, ainda que essas críticas devam ser vistas num contexto de não confluência ideológica e de disputas territoriais. Já a relação positiva com países desenvolvidos e a visão positiva do regionalismo não são categorias polarizantes. Esses achados reafirmam a característica multidimensional do entendimento dos eixos de regionalismo e exigem a análise de outras variáveis condicionantes.

Finalmente, depreendemos que, a partir da análise quantitativa e qualitativa, no que tange aos temas relacionados ao regionalismo, os posicionamentos ideológicos em relação ao regionalismo não estão claramente definidos, o que corrobora nosso entendimento de que a ideologia política não é um fator central para a explicação do modelo de regionalismo chileno. Essa não é uma conclusão exhaustiva que pode ser generalizada e se restringe aos casos analisados, não obstante, indica que os estudos devem buscar as explicações nos modelos de democracia, mas, especialmente, nos modelos de desenvolvimento levados a cabo pelo país.

REFERÊNCIAS

- Amorim Neto, O. y Malamud, A. (2015). What determines foreign policy in Latin America? Systemic versus domestic factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946–2008. *Latin American Politics and Society*, Vol. 57, No. 4, pp. 1-27.
- Aranda Bustamante, G. y Riquelme Rivera, J. (2011). La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridad regional. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo* / Vol. 6. No. 11.
- Arellano-González, J.C. y Martínez, C.A. (2020). Gradual Change and Decentralization of Presidential Powers in Nineteenth Century Chile: Ideas, Networks, and Institutional Ambiguity. *Polity*, volume 52, number 4 (October 2020). <https://doi.org/10.1086/710661>
- Arellano-González, J.C. y Cheuquefilo, E.H. (2019). El impacto de las ideas en el proceso de formulación de la política indígena durante la transición democrática en Chile. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue Canadienne Des Études Latino-Américaines et Caraïbes*, 44(1), 62–82. <https://doi.org/10.1080/08263663.2019.1539569>
- Bachelet, M. (2009). Mensaje presidencial del 1 de junio de 2009. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet

- Jeria. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2009.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.
- Bachelet, M. (2008). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2008. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2008.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.
- Bachelet, M. (2007). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2007. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2007.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.
- Bachelet, M. (2006). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2006. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2006.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.
- Baeza, J. y López, M.Á. (2015). El Congreso Nacional de Chile y el proceso de ratificación del Tratado de Libre Comercio con los Estados Unidos de América. *Estudios Internacionales*, 47(182), 37–55. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-3769.2015.37883>
- Best, Robin E. (2013). Using the Manifesto Estimates to Correct Systematic ‘Centring’ Error in Expert and Electoral Positioning of Parties. In: Volkens, Andrea et al. *Mapping Policy Preferences from Texts III. Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford University Press.
- Briceño Ruiz, J. (2013). Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. In: *Estudios Internacionales* 175. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile.
- Budge, I. y Meyer, T. (2013). Understanding and Validating the Left-Right Scale (RILE). In: Volkens, Andrea et al. *Mapping Policy Preferences from Texts III. Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford University Press.
- Cason, J.W. y Power, T. (2009). Presidentialization, pluralization, and the rollback of itamaraty: Explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review* 30, no. 2, p. 117–40.
- Chauí, M. (2008). *O que é ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Disi Pavlic, R. (2020). Regions of discord: Analyzing subnational influences on Chile’s foreign trade and investment policies towards the USA during critical events. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, 9(17), 127–154. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.89108>
- Edwards III, G.C. (2000). Neustadt’s Power Approach to the Presidency, In: R. Y. Shapiro, M. J. Kumar e L. R. Jacobs (eds.), *Presidential Power: Forging the Presidency for the Twenty-First Century*. New York: Columbia University Press, pp. 9-15.

- FMI (2006). World Economic Outlook de 2006. Disponible em: https://www.imf.org/~media/Websites/IMF/imported-flagship-issues/external/pubs/ft/weo/2006/02/pdf/_weo0906pdf.ashx Acceso em: 30 jul. 2020.
- Gamboa, R.; López, M.Á. y Baeza, J. (2013). La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009: de la polarización al consenso. *Revista de Ciencia Política*, 33(2), pp.443-468.
- Gardini, G. (2015). Towards modular regionalism: the proliferation of Latin American cooperation. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 58, n. 1, p. 210-229.
- Goldstein, J. (1989). Ideas, Institutions, and American Trade Policy. *International Organization*, 42(1), pp.179-217. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199557752.003.0002
- González Ríos, I. (2014). Chile y MERCOSUR: revisión de antecedentes con miras a la segunda década del siglo XXI. VII Congreso de Relaciones Internacionales, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, UNLP. Disponible em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/44709/Documento_completo.pdf?sequence=1 Acceso em: 14 abr. 2021.
- Hall, P. (1986). *The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford: Oxford University Press.
- Herrera, C.V.P. (2010). Determinantes políticos para la negociación de tratados de libre comercio entre países desarrollados y países en desarrollo: experiencia Chile-Estados Unidos. (Dissertação de Mestrado). Santiago: Universidad de Chile, Magíster en Gestión y Políticas Públicas, 2010.
- Holsti, Ole R. (1962). The Belief System and National Images: A Case Study. *The Journal of Conflict Resolution* 6(3): 244-252.
- Katz, R.S. y Wessels, B. (Eds.). (1999). *The European Parliament, the National Parliaments, and European integration*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kfuri Barbosa, R. (2015). O Mercosul e o regionalismo multifacetado. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- Kindleberger, C.P. (1975). The Rise of Free Trade in Western Europe, 1820-1875. *The Journal of Economic History*, 35(1), pp.20-55.
- Klingemann, Hans-Dieter; Budge, Ian. (2013). Using the Manifesto Estimates to Refine Party Family Placements. In: Volkens, Andrea et al. *Mapping Policy Preferences from Texts III. Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford University Press.
- Malamud, A. (2003). O presidencialismo na América do Sul: Argentina e Brasil em perspectiva comparada. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 38, n. 168, p. 715-742.
- Marks, G.. et. al. (2006). Party Competition and European Integration in the East and West: Different Structure, Same Causality. *Comparative Political Studies*, Washington, D.C., v. 39, n. 2, p. 155-175.

- Marks, G.; Wilson, C. y Ray, L. (2002). National Political Parties and European Integration. *American Journal of Political Science*, Bloomington, v. 46, n. 3, p. 585-594.
- Mendes, G. y Graça, Luís Felipe Guedes da. (2020). A diferenciação ideológica na política externa partidária eleitoral: PSDB, PT e MDB (1994-2018). *Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília*, n. 31, p. 83-122. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522020000100083&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- Merke, F. y Reynoso, D. (2016). Dimensiones de política exterior en América Latina según juicio de expertos. *Estudios Internacionales* (Santiago), 48(185), 107-130.
- Merke, F.; Reynoso, D. y Schenoni, L. (2020). Foreign Policy Change in Latin America: Exploring a Middle-Range Concept. *Latin American Research Review* 55 no. 3, p. 413-429. doi: <http://doi.org/10.25222/larr.380>.
- Milner, H. y Judkins, B. (2004). Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy? *International Studies Quarterly*, vol. 48, pp. 95-119.
- Nascimento Júnior, Wanderley dos Reis. (2017). A amplitude da Maré Rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. (Dissertação de Mestrado). Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.
- Onuki, J. y Oliveira, Amâncio Jorge de. (2010). Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. *Revista Política Hoje*, v. 19, nº1.
- Onuki, J. y Oliveira, Amâncio Jorge de. (2006). Eleições, política externa e integração regional. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 27, p. 145-155.
- Oyarzún, L. (2013). When Trade Policy is Not Enough: Opportunities and Challenges for Chile's International Insertion. *Journal of Iberian and Latin American Research*, 19(2), 268-285. <https://doi.org/10.1080/13260219.2013.853357>
- Panizza, F. (2006). La marea rosa. In: *Análise de Conjuntura OPSA*, nº8. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Pereira da Silva, F. (2011). *Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Ponteio, Rio de Janeiro.
- Piñera, S. (2013). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2013. Valparaíso: Mensaje al país del Presidente de la República, Sebastián Piñera Echenique. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2013.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.
- Piñera, S. (2012). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2012. Valparaíso: Mensaje al país del Presidente de la República, Sebastián Piñera Echenique. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2012.pdf] Acesso em: 20 jul. 2020.

- Piñera, S. (2011). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2011. Valparaíso: Mensaje al país del Presidente de la República, Sebastián Piñera Echenique. Disponible em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2011.pdf] Acceso em: 20 jul. 2020.
- Piñera, S. (2010). Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2010. Valparaíso: Mensaje al país del Presidente de la República, Sebastián Piñera Echenique. Disponible em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2010.pdf] Acceso em: 20 jul. 2020.
- PNUD (2007). Relatório de Desenvolvimento Humano, 2007. Disponible em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20007.html> Acceso em: 30 jul. 2020.
- Ray, L. (1999). Measuring party orientations towards European integration: Results from an expert survey. *European Journal of Political Research*, 36, 283-306.
- Ribeiro, Pedro Feliú. (2014). O voto dos legisladores latino-americanos em temas de política comercial. *Leviathan* (São Paulo). Nº 9, p. 127-142.
- Ribeiro, Pedro Feliú; Pereira Neto, Manoel Galdino, y Oliveira, Amâncio Jorge Silva Nunes. (2007). Política de comércio exterior, ideologia partidária e interesses locais: um estudo sobre o caso chileno. *Cena Internacional* 9 (2), 33-57.
- Riggirozzi, P. y Tussie, D. (2012). The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*. [S.l.]: Springer.
- Rodrigues, P.; Urdinez, F. y Oliveira, A. (2019). Measuring International Engagement: Systemic and Domestic Factors in Brazilian Foreign Policy from 1998 to 2014. *Foreign Policy Analysis* 15, no. 3, p. 370-91.
- Rueschemeyer, D. (2006). How and Why Ideas Matter. In: R.E. Goodin & C. Tilly, eds. *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- Sader, E. (2009). A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo.
- Sanahuja, J.A. (2010). La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: Cienfuegos, M. y Sanahuja, J.A. (Org.). *Una región en construcción. UNASUR y la integración en América del Sur*. Madrid: Fundación CIDOB.
- Santiago, R. (2018). Ideologia explicado? O embate no legislativo brasileiro em matérias de política externa. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 223-258.
- Santos, F. (2006). Integração regional e as eleições presidenciais de 2006 no Brasil. *Análise de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 2.
- Schmidt, V.A. (2008). Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. *Annual Review of Political Science*, 11(1), 303-326. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.060606.135342>

- Serbin, A. (2010). Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos. In: *Documentos CRIES*, N° 15, Buenos Aires: CRIES.
- Sikkink, K. (1991). *Ideas and Institutions. Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca: Cornell University Press.
- Souza, Nilson Araújo de. (2012). América Latina: as ondas da integração. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 1, p. 87-126.
- Tarouco, Gabriela da Silva; Madeira, Rafael Machado. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. vol.21, n.45, pp.149-165. ISSN 0104-4478. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.
- Veiga, Pedro da Motta; Rios, Sandra P. (2007). O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. [S.l.]: CEPAL.
- Volken, A. y Bara, J. (2013). Presidential Versus Parliamentary Representation: Extending the Manifesto Estimates to Latin America. In: Volken, Andrea et al. *Mapping Policy Preferences from Texts III. Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford University Press.
- Walker, Stephen G. (1990). The Evolution of Operational Code Analysis. *Political Psychology*, 11(2), pp.403-418.
- Whitefield, S. y Rohrschneider, R. (2015). The salience of European integration to party competition: Western and Eastern Europe compared. *East European Politics and Societies*, v. 29, n. 1, p. 12-39.

